

ARTIGO

Limites teóricos nas relações entre sexo e gênero: implicações para o movimento LGBTQIAPN+.

Theoretical limits in the relations between sex and gender: implications for the LGBTQIAPN+ movement.

Igor Alexandre Correa Cruz¹

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0783-6973>. E-mail: igoralexandrecorreacruz@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho resulta de reflexões desenvolvidas na disciplina eletiva Tópicos Especiais em Pesquisa: Relações Sociais de Classe, Raça, Etnia, Sexo e Gênero, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. A disciplina reuniu estudantes de mestrado, doutorado e demais participantes. Do ponto de vista metodológico, o trabalho fundamenta-se em referências bibliográficas, a partir das reflexões e discussões desenvolvidas em sala de aula. Nesse sentido, o texto propõe reflexões motivadas por questionamentos surgidos ao longo das aulas, especialmente no que se refere à relação entre sexo e gênero. Essa temática se destaca por suscitar tensões teóricas e políticas, sobretudo quando articulada às discussões envolvendo a comunidade LGBTQIAPN+. Embora o escopo da disciplina seja mais amplo, é nesse recorte que se concentram as análises apresentadas. Por fim, o trabalho dialoga com contribuições de pesquisadoras feministas que discutem a centralidade da categoria sexo, o patriarcado, a heterossexualidade compulsória, os papéis de gênero e as formas de opressão vivenciadas por mulheres cis, com destaque para a obra de Heleieth Iara B. Saffioti e Jules Falquet, entre outras referências relevantes para o debate. Desse modo, as categorias sexo e gênero aparecem como profundamente imbricadas, ainda que não isentas de tensões. É precisamente nesse ponto que se localiza a problematização deste trabalho: pensar essas categorias em relação à comunidade LGBTQIAPN+, especialmente no que se refere às experiências e reivindicações do movimento trans. Para que não se reforcem discursos LGBTQIAPN+fóbicos em nome de teorias.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Cis; Sexo; Gênero; Movimento LGBTQIAPN+**ABSTRACT**

The present work results from reflections developed in the elective course Special Topics in Research: Social Relations of Class, Race, Ethnicity, Sex and Gender, linked to the Graduate Program in Social Work at the Federal University of Pará. The course brought together master's and doctoral students and other participants. From the methodological point of view, the work is based on bibliographic references, based on reflections and discussions developed in the classroom. In this sense, the text proposes reflections motivated by questions that arose during the classes, especially with regard to the relationship between sex and gender. This theme stands out for raising theoretical and political tensions, especially when articulated with discussions involving the LGBTQIAPN+ community. Although the scope of the discipline is broader, it is in this context that the analyses presented are concentrated. Finally, the work dialogues with contributions from feminist researchers who discuss the centrality of the category sex, patriarchy, compulsory heterosexuality, gender roles and forms of oppression experienced by cis women, with emphasis on the work of Heleieth Iara B. Saffioti and Jules Falquet, among other relevant references for the debate. In this way, the categories sex and gender appear as deeply intertwined, although not free of tensions. It is precisely at this point that the problematization of this work is located: to think about these categories in relation to the LGBTQIAPN+ community, especially with regard to the experiences and claims of the trans movement. So that LGBTQIAPN+phobic discourses are not reinforced in the name of theories.

KEYWORDS: Cis Feminism; Sex; Gender; LGBTQIAPN+ Movement**1. Introdução**

O presente trabalho resulta de reflexões desenvolvidas no âmbito da disciplina eletiva Tópicos Especiais em Pesquisa: Relações Sociais de Classe, Raça, Etnia, Sexo e Gênero,

ofertada às turmas de mestrado e doutorado, bem como aberta a discentes e pós-graduandos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A partir desse percurso formativo, busco desenvolver reflexões ancoradas em inquietações que emergiram ao longo das aulas e que suscitaram questionamentos que, até o momento da elaboração deste trabalho, permanecem em aberto, especialmente no que se refere à relação entre sexo e gênero. Destaco essa temática por provocar incômodos teóricos e políticos, sobretudo na articulação do debate entre sexo, gênero e a comunidade LGBTQIAPN+. Embora a proposta da disciplina não se restrinja a esse recorte específico, é a partir dele que direciono minhas reflexões neste texto.

Importa ressaltar que os debates acerca das relações de classe, raça, etnia e gênero não são inteiramente novos em minha trajetória acadêmica. Desde o início da graduação no curso de Bacharelado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), venho articulando reflexões e dialogando com autores que abordam essas temáticas, muitas vezes a partir de iniciativas autônomas enquanto estudante. Ainda assim, a disciplina possibilitou o aprofundamento dessas categorias, promovendo leituras mais sistemáticas e problematizações críticas.

No que se refere à categoria sexo, embora não se trate de um debate completamente desconhecido, seu contato mais sistemático ocorreu recentemente, especialmente a partir das leituras realizadas no âmbito da disciplina, durante o mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). As reflexões suscitadas em torno dessa categoria despertaram tensões teóricas, conflitos interpretativos e novas problematizações. As discussões apresentadas neste trabalho não se pretendem conclusivas, mas buscam articular algumas questões que emergiram ao longo da disciplina e que permanecem em processo de construção. Considera-se que essas questões devem ser abordadas, de modo a provocar reflexões e possibilitar o diálogo com outros pesquisadores.

Nesse sentido, considera-se pertinente dialogar com pesquisadoras feministas que problematizam a centralidade da categoria sexo, bem como questões relacionadas ao patriarcado, à heterossexualidade compulsória, às relações e aos papéis de gênero e às formas de opressão e exploração vivenciadas por mulheres cis. As reflexões aqui desenvolvidas dialogam, especialmente, com produções de duas autoras centrais no debate proposto pela disciplina.

Assim, este trabalho estabelece diálogo com as seguintes produções: SAFFIOTI, Heleieth Iara B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexos/Unigênero? Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano III, n. 2, dezembro de 2009; e FALQUET, Jules. Romper o tabu da

heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano VI, n. 5, dezembro de 2012. Também são consideradas outras referências em contraponto às autoras, a fim de possibilitar reflexões acerca das tensões que se propõe pensar aqui.

As reflexões aqui elaboradas partem de um olhar ainda em construção. As referências em questão produzem tensões significativas, especialmente ao pensar o patriarcado enquanto estrutura social, a socialização de gênero e as diferentes formas como essas dinâmicas se expressam tanto nas vivências de pessoas trans quanto nas experiências de mulheres cis, bem como nas relações estabelecidas na sociedade patriarcal. Essas reflexões atravessam discussões sobre poder, violência e dominação, além de questões relacionadas ao machismo e à hierarquização dos corpos. Para além das leituras, a disciplina proporcionou um olhar mais aprofundado sobre as categorias trabalhadas, resultado também das provocações acadêmicas e críticas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPa).

2. Tensões entre Relações de Sexo, Gênero e Movimento LGBTQIAPN+

Entrando especificamente nas reflexões propostas a partir das categorias de gênero e sexo e de suas articulações nas relações sociais, emergem tensões importantes quando essas categorias são colocadas em diálogo com o movimento LGBTQIAPN+, em especial com o movimento trans. Durante as discussões em sala, a leitura do texto de Saffioti (2009), *Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexos/Unigênero?*, provocou diversas reflexões, sobretudo no que se refere à opressão das mulheres cis, especialmente no modo como a autora analisa a organização do patriarcado em torno da exploração das mulheres enquanto classe sexual.

Ainda que o contato com a obra da autora tenha ocorrido de forma introdutória no âmbito da disciplina, algumas questões centrais podem ser destacadas. Saffioti propõe uma reflexão acerca do sexo como categoria socialmente organizada, articulando o capitalismo e a dominação masculina como sistemas fundamentais para a compreensão do patriarcado. Em seu texto, a autora trabalha com a noção de supercontradições e contradições paralelas que se entrecruzam, envolvendo sexo, gênero, raça/etnia e classes sociais. Nesse contexto, destaca-se a noção do “nó frouxo”, evidenciando que não é possível isolar uma ou duas contradições para uma análise crítica dissociada das demais.

Desse modo, as categorias sexo e gênero aparecem como profundamente imbricadas, ainda que não isentas de tensões. É precisamente nesse ponto que se localiza a problematização deste trabalho: pensar essas categorias em relação à comunidade LGBTQIAPN+, especialmente no que se refere às experiências e reivindicações do movimento trans.

Considerando que Saffioti mobiliza categorias como capitalismo, patriarcado, classe social e relações materiais de produção e reprodução, destaca-se, neste debate, o sexo enquanto categoria social e histórica:

Mas será que existem tantos sexos correspondendo a esses cinco gêneros? Primeiramente, é preciso entender a relação entre sexo e gênero. A literatura das(os) feministas do essencialismo social esqueceu-se do sexo, defendendo a construção social de qualquer gênero. Embora haja, de fato, esta construção, o porto seguro do gênero sempre foi e é o sexo. Isto não impede a socialização de um macho como mulher e a de uma fêmea como homem. O que obnubila a inteligência dos que negam o corpo certamente é o incontável número de mediações sociais entre sexo e gênero. Não se está, aqui, defendendo a dualidade sexo/gênero, pois já se provou a quão falaciosa e esquemática pode ser a razão dualista. É preciso pensar que o ser humano é uma unidade de corpo e psique ou corpo e alma. Caminha neste sentido a defesa da existência do corpo, ou seja, do sexo como fundamento do gênero (Saffioti, 2009, p. 13).

Embora a autora não defenda a existência de apenas duas categorias possíveis (homem/mulher), observa-se que sua análise parte, sobretudo, da distinção entre homem cis e mulher cis. Ao afirmar que o “porto seguro do gênero é o sexo”, pode-se compreender que Saffioti busca evidenciar que os discursos e as tensões em torno do gênero na sociedade estão intrinsecamente articulados ao sexo, considerando uma sociedade historicamente organizada a partir de uma lógica binária. Nesse sentido, o sexo socialmente organizado, estrutura a forma como o gênero se manifesta e performa os papéis sociais de homem e mulher. A autora prossegue refletindo que:

Esta pequena argumentação-descrição induz à pergunta feita acima: há cinco sexos? Ou há somente dois: o feminino e o masculino? Tudo leva a crer que não se labora no reducionismo ao reconhecer esta redução. Pode-se perfeitamente admitir e constatar esta diversidade sexual do ser humano reconhecendo a existência, no fundo, de apenas dois sexos para cinco gêneros (Saffioti, 2009, p. 15).

A partir dessa perspectiva, observa-se que o sexo opera como elemento regulador da organização social e estrutura o gênero enquanto construção social. Ou seja, a sociedade se organiza estruturalmente a partir do sexo, em uma lógica binária. Essa organização não se fundamenta na identidade subjetiva, mas na materialidade do sexo, que divide a sociedade entre

homens e mulheres cis. O deslocamento do sexo enquanto categoria central ocorre, sobretudo, no plano da subjetividade e da identidade pessoal, o que é fundamental para o movimento LGBTQIAPN+ e para as vivências concretas das pessoas. No entanto, no plano social e estrutural, a organização da sociedade continua sendo operada a partir do sexo.

Esse sistema baseado no sexo organiza os papéis sociais, sexuais e de gênero que incidem sobre a vida das pessoas, produzindo e reproduzindo violências, especialmente contra as mulheres cis, e impactando também, de maneira profunda, as vivências, identidades, subjetividades e corpos que escapam à heterocisnormatividade.

Nesse sentido, torna-se relevante e crítico pensar a centralidade do sexo, ainda que essa abordagem possa ser interpretada, a partir de uma crítica transfeminista, como uma possível invalidação das violências vivenciadas por pessoas trans. Sobre essa tensão, Saffioti afirma:

Na diversidade sexual demonstrada, tudo indica a repetição da dualidade homem = EU – mulher = OUTRA. E é nesta instância que se deve trabalhar, a fim de desconstruir o sistema dual. Patriarcas, de um lado, e obedientes, de outro, não podem ser encontrados senão na interação entre duas pessoas. Consequentemente, é nesta ordem falo-logo-cêntrica que se deve travar a batalha da desconstrução da ordem patriarcal de gênero. Mais uma vez, fica patente a necessidade de se trabalhar para obter conversores de gênero e não conversores de sexo. Estes causam profunda inquietação e preocupação na medida em que as transformações se passam no corpo e não na conduta. É no cenário performático que a justiça social exige o fim do patriarcado, da ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2009, p. 22).

O patriarcado não opera apenas no plano individual, mas constitui-se fundamentalmente como uma estrutura relacional, especialmente quando considerada a ordem falo-logo-cêntrica, isto é, a ordem que estabelece a centralidade do poder masculino. Nessa perspectiva, torna-se necessário repensar as estruturas sociais e não apenas a dimensão da identidade. Evidentemente, esse é um ponto de tensão quando colocado em diálogo com o movimento LGBTQIAPN+.

De acordo com Pfeil (2021), ao se abordar as subjetividades transmasculinas em tensão com as masculinidades hegemônicas — entendidas como masculinidades cis —, torna-se fundamental refletir sobre práticas que não reproduzam comportamentos machistas, misóginos ou violentos na constituição do que socialmente se define como “ser homem”.

Trata-se, portanto, de uma crítica às formas hegemônicas de masculinidade que atravessam tanto corpos cis quanto trans, evidenciando que a reprodução do machismo não está restrita a um marcador identitário específico, mas às estruturas sociais que o sustentam.

Nesse sentido, Saffioti também chama atenção para a centralidade do patriarcado enquanto categoria analítica fundamental, ao questionar os deslocamentos teóricos que substituem essa categoria pelo gênero:

Como a teoria é muito importante para que se possam operar transformações profundas na sociedade, constitui tarefa urgente das teóricas feministas a indagação: a quem serve a teoria do gênero utilizada em substituição à do patriarcado? A urgência desta resposta pode ser aquilatada pela premência de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens (Saffioti, 2009, p. 23).

Dessa forma, torna-se imprescindível localizar o debate sobre o patriarcado sem restringi-lo exclusivamente à análise da opressão e exploração das mulheres cis, ainda que a categoria “mulher cis” ocupe centralidade na formulação teórica da autora, circunscrita à dominação masculina e às masculinidades hegemônicas. As relações sociais de sexo e gênero, quando tensionadas a partir das experiências do movimento trans, suscitam debates fundamentais sobre o patriarcado, a opressão das mulheres cis e as estruturas da dominação masculina que incidem também sobre os corpos de mulheres trans.

3. Deslocamentos do Conceito de Patriarcado e a Inclusão das Experiências Trans: Reflexões no Contexto do Movimento LGBTQIAPN+

No âmbito da disciplina, uma das questões centrais debatidas refere-se justamente às tensões teóricas produzidas por essas articulações e aos efeitos que determinadas abordagens podem gerar nas vivências de pessoas trans, especialmente quando se considera que muitas delas foram socializadas, durante a infância, adolescência e juventude, sob normas cisgêneras. Nesse contexto, torna-se fundamental estabelecer limites analíticos capazes de identificar quando determinados discursos, ainda que formulados em chave crítica, acabam por reproduzir a transfobia. Há o risco de que a existência trans seja convertida em um problema teórico, em vez de ser reconhecida como uma experiência legítima, situada e produtora de conhecimento.

As contribuições de Saffioti permanecem extremamente relevantes para refletir, por exemplo, sobre uma crítica ao debate contemporâneo em torno do gênero, especialmente quando este passa a ser cooptado e instrumentalizado pelo capitalismo. No entanto, ao se buscar outras formas de interpretar o patriarcado que incluam de maneira mais ampla a comunidade LGBTQIAPN+, particularmente as pessoas trans, torna-se pertinente recorrer a formulações que tensionam os limites tradicionais desse conceito, como aquelas discutidas na obra *Corpos Transitórios: Narrativas Transmasculinas*. Nesse sentido:

O conceito de patriarcado é bastante problemático, como nos mostra Morgante & Nader (2014) ao estudarem diferentes concepções do termo adotadas por teóricas feministas influentes. Segundo as autoras, não há uma definição única. Enquanto, por exemplo, para algumas teóricas feministas socialistas, o combustível da opressão se centraliza no capitalismo, para as feministas radicais a opressão se deve a um sistema originário: a dominação ‘masculina’. O uso de tal conceito costuma ser empregado em relação a corpos cis. Quando dizemos que os homens oprimem as mulheres, estamos falando de homens trans e de mulheres trans? Ou nos referimos a homens e mulheres cis? E quando pensamos em fatores como classe, cor, territorialidade, deficiência, sexualidade e expressão de gênero, entre outros, quais homens e mulheres são discutidos nas definições de patriarcado? Morgante & Nader (2014) refutam uma visão imutável, a-histórica, universalista e biologizante desse conceito – que, nesse contexto, trata de homens e mulheres ‘em geral’, universalizando a cisgeneridade. [...] pois entendemos que não adianta estudar estruturas opressivas patriarcais sem considerarmos que existem homens de buceta, mulheres de pau, pessoas não-binárias e pessoas intersexo, em suas diversidades de classe, cor, religião, família, territorialidade (Pfeil et al, 2021, p. 158).

A partir dessa problematização, emerge uma questão central: de que forma o patriarcado tem sido historicamente apresentado como uma estrutura referida exclusivamente a corpos cis, e como isso se reflete sobre corpos trans? Nesse enquadramento, observa-se que um argumento frequentemente mobilizado — especialmente por pessoas cis — nos debates que tratam o sexo como categoria central de opressão no interior do patriarcado e da dominação masculina consiste em interpretar mulheres trans como agentes de poder ou dominação sobre mulheres cis, a partir do pressuposto de que teriam sido designadas homens ao nascer.

Ao refletir sobre os limites das identidades, a socióloga Berenice Bento contribui de forma significativa para essa discussão ao afirmar que:

Além do processo de organização política das pessoas transexuais em coletivos específicos, há uma demanda crescente pela participação em outros espaços políticos, formados historicamente por pessoas não-transexuais. Mulheres transexuais feministas pleiteiam a participação em encontros feministas, mulheres transexuais lésbicas assumem sua orientação sexual e querem unir-se ao movimento lésbico, homens transexuais gays desejam estar presentes na vida dos coletivos gays. A configuração plural interna à experiência transexual gera outros desdobramentos e extrapola os limites das identidades coletivas construídas historicamente por sujeitos que compartilham elementos de unidade que pressupõe uma identidade coletiva estável (Bento, 2008, p. 64-65).

Dessa forma, tratar as travestis e mulheres trans como agentes de poder ou dominação sobre mulheres cis, com base exclusivamente na designação de sexo ao nascer, pode recair nos limites de um discurso transfóbico. Essa leitura torna-se particularmente problemática quando tensões entre movimentos feministas cis e movimentos feministas trans passam a se estruturar a partir de discursos marcados pela LGBTQIAPN+fobia, especialmente pela transfobia. Um exemplo recorrente dessa dinâmica ocorre quando comportamentos pontuais — como o ato de

uma travesti ou mulher trans elevar o tom de voz em um debate — são associados à masculinidade opressora, desconsiderando tanto a posição social de vulnerabilidade ocupada por mulheres trans e travestis quanto as assimetrias reais de poder presentes nessas situações.

Retomando outra contribuição de Berenice Bento, evidenciam-se conflitos e tensões fundamentais para essa reflexão, ainda que complexas e desafiadoras:

Os sujeitos coletivos historicamente construídos a partir da essencialização das identidades, diante dessas demandas, produzem uma reflexão sobre “o que é ser mulher e quem pode falar em nome das mulheres? Quem são as lésbicas e os gays?” Se individualmente identificar-se como uma mulher transexual lésbica é o resultado de um tenso processo de organização da subjetividade, reivindicar a participação em um coletivo de mulheres lésbicas desdobra-se em conflitos que extrapolam os limites pessoais. Historicamente as mulheres lésbicas estruturam uma experiência coletiva onde o pressuposto do desejo pelo mesmo sexo e a visibilização das violências às quais são duplamente submetidas (condição de gênero e orientação sexual) pela heteronormatividade norteiam suas ações. A presença de corpos lésbicos não femininos poderá interromper esta linha de unidade? Possibilitará novas linhas de problematização dos pontos que sustentam a luta contra a heteronormatividade? (Bento, 2008, p. 65).

Nesse sentido, a pergunta sobre quem pode falar em nome das mulheres revela os limites de uma categoria “mulher” historicamente construída a partir da cisgeneridade. Coloca-se, portanto, o desafio de pensar a unidade do movimento feminista — incluindo mulheres lésbicas cis e mulheres trans lésbicas — sem recorrer a discursos transfóbicos. Trata-se de refletir sobre como o patriarcado incide sobre mulheres cis e trans, como a dominação masculina se expressa de forma diferenciada sobre esses corpos, e de que modo as masculinidades hegemônicas, a heterossexualidade compulsória e as normas de gênero atravessam o movimento trans.

Essas questões apontam para desdobramentos teóricos e políticos fundamentais: como articular uma luta coletiva que não seja machista, misógina, sexista nem transfóbica? Como os movimentos feministas e LGBTQIAPN+ podem se somar no enfrentamento das violências dirigidas tanto a mulheres cis quanto a mulheres trans? E de que forma essas articulações vêm sendo construídas no contexto brasileiro? Tais indagações permanecem abertas e constituem elementos centrais para a continuidade das reflexões propostas neste trabalho.

Não se pode desconsiderar que teorias que enfatizam a centralidade do sexo, a partir dessa perspectiva, tendem a tratar o sexo atribuído no nascimento como um marcador político permanente, capaz de invalidar experiências presentes e deslegitimar falas. Tal enquadramento pode produzir leituras que se aproximam de uma lógica transfóbica, ainda que não sejam explicitamente nomeadas como tal. Dentro dos limites das formulações teóricas sobre o patriarcado, observa-se que determinadas interpretações acabam por se fechar à crítica da

cisnormatividade, o que pode gerar compreensões transfóbicas, mesmo quando não há uma autodeclaração nesse sentido por parte de pesquisadoras e pesquisadores.

Nesse contexto, pessoas trans são frequentemente convocadas a justificar, explicar e legitimar continuamente suas existências, o que pode levá-las, inclusive, à reprodução de modelos cisnormativos de feminino e masculino, de homem e de mulher. Esse movimento evidencia como as estruturas sociais impõem padrões normativos que atravessam tanto corpos cis quanto trans, reforçando expectativas de gênero socialmente hegemônicas.

Para pensar o patriarcado de forma mais abrangente, torna-se imprescindível considerar as subjetividades trans. Nesse sentido, pode ser equivocado ou limitado o argumento segundo o qual o movimento LGBTQIAPN+ se afastaria do debate crítico acerca da heterossexualidade enquanto estrutura fundante do patriarcado. Ao problematizar essa questão:

Devemos nos alegrar com a atual multiplicação dos movimentos e das pesquisas sobre a sexualidade/s, cujo um dos méritos, e não o menos importante, é tornar cada dia mais visíveis todos os tipos de práticas e de pessoas que, no mundo inteiro, corajosamente contestam a ordem sexual existente. Contudo, ao se concentrarem quase exclusivamente sobre a sexualidade como um conjunto de práticas sexuais e/ou desejantes individuais, e ao atribuírem uma importância considerável à intervenção sobre o corpo e sua aparência - aqui mais uma vez, uma intervenção principalmente individual - parece-me que a corrente dominante nestes movimentos perde de vista uma parte do seu objetivo (Falquet, 2012, p. 08).

A partir dessa reflexão, emerge o questionamento sobre se o movimento LGBTQIAPN+ tem se limitado à reivindicação identitária ou se, de fato, questiona a heterossexualidade enquanto estrutura social. No entendimento da autora, o problema central não estaria localizado nos corpos nem nas pessoas em si. No entanto, é fundamental considerar que, no interior do movimento LGBTQIAPN+, a subjetividade e a identidade possuem papel central, uma vez que dizem respeito às vivências concretas dos sujeitos. Ainda que essas experiências sejam singulares e particulares, elas se articulam a uma dimensão coletiva que fortalece a organização política e social da comunidade LGBTQIAPN+.

Quando se trata especificamente das pessoas trans, suas existências, vivências e sociabilidades exigem uma abordagem analítica sensível e comprometida com a complexidade dessas experiências. Ao se pensar a construção de uma sociedade que questione a heterossexualidade enquanto estrutura, não é possível reduzir esses sujeitos exclusivamente à dimensão corporal.

Nesse sentido, torna-se limitado pressupor que o movimento LGBTQIAPN+ — e, especialmente, os movimentos trans — não questione a estrutura da heterossexualidade, uma

vez que tal questionamento não se dá apenas no plano da individualidade, mas também nas disputas coletivas, políticas e simbólicas que tensionam as normas de gênero e sexualidade vigentes. Assim, reduzir esses movimentos à busca por validação identitária ou à centralidade do corpo implica desconsiderar sua potência crítica e política na problematização das estruturas sociais que sustentam o patriarcado, a heteronormatividade e a cisnormatividade.

4. Considerações Finais

Ainda que essas reflexões não se encerrem, compreende-se que o debate sobre os identitarismos está posto, mas não pode ser reduzido ou tratado unicamente como uma crítica aos movimentos por buscarem a construção e o reconhecimento de suas existências enquanto subjetividades LGBTQIAPN+. Não se trata apenas de disputas teóricas abstratas, mas de pessoas concretas, de vivências e de subjetividades que se encontram permanentemente em situação de risco — risco de morte e de violências contínuas. Nesse contexto, ao longo da história do movimento LGBTQIAPN+, suas vivências foram atravessadas por marcadores sociais e discursos de violência:

Por séculos, acusados de pecadores nas Igrejas, de doentes nos hospitais e manicômios, de criminosos no sistema penal e prisional, de ameaçadores à ordem pública e aos bons costumes pelos poderes estatais, LGBTI+ foram permanentemente atravessados pelos discursos e práticas de controle político e sexual de suas subjetividades. Chamados de anormais, pervertidos, doentes, criminosos, desviantes, bichas, “homens femininos demais” e “mulheres masculinas demais” foram identificados, classificados e catalogados pelos dispositivos de poder, desde formas mais sutis de disciplina, muitas delas pretensamente “científicas”, até os modos mais crus de violência. Deste modo, discursos de diversas ordens conjugaram-se, historicamente, para consolidar representações sociais depreciativas das homossexualidades, produzindo identidades estigmatizadas e naturalizando as práticas de controle e violência. (Quinalha, 2022, p.34).

Nesse sentido, pode-se compreender, a partir da discussão apresentada, que a existência das subjetividades LGBTQIAPN+, especialmente dos corpos trans, é constantemente tensionada pelo simples fato de existirem e resistirem à lógica cisheteronormativa patriarcal. Torna-se, portanto, inadequado pressupor que o movimento LGBTQIAPN+ se organiza apenas em torno de uma política identitária restrita. Mesmo com as tensões sobre o que as autoras têm abordado, Falquet aponta para a necessidade de compreender as relações sociais de forma imbricada, evitando leituras restritas ou essencializadas das identidades. Conforme indicado:

Para nos guiar, nós dispomos, entretanto, de ferramentas - que restam a aperfeiçoar: as teorias da imbricação das relações sociais de sexo, de "raça", de classe e a análise do "pensamento straight [hétero]". Estas teorias incitam a distanciar-se de uma política "identitária" que se hipnotiza em torno da defesa ou da contestação dos atributos simbólicos, corporais e psíquicos de um sexo, de uma "raça" ou de uma classe (Falquet, 2012, p. 22-23).

A partir dessa perspectiva, o movimento LGBTQIAPN+ pode ser compreendido como uma coletividade que necessita de articulações políticas mais profundas e criticamente organizadas, sobretudo diante dos processos de cooptação promovidos pelo capitalismo, que frequentemente se apropria de pautas, produzindo disputas, conflitos e tensões que atravessam os debates identitários. Nesse contexto, coloca-se o desafio de pensar estratégias de articulação e de crítica que possibilitem retomar o debate sobre o sexo socialmente organizado enquanto estrutura de uma lógica binária que organiza a vida social e impacta diretamente as vivências de pessoas LGBTQIAPN+.

Entretanto, esse retorno analítico não pode ser instrumentalizado como um mecanismo de reforço de discursos transfóbicos, nem como um instrumento contra o próprio movimento, especialmente quando a centralidade dual do sexo é mobilizada para sustentar interpretações que deslegitimam a existência e as experiências de mulheres trans, reduzindo-as a leituras biologizantes sobre o patriarcado. Nesse sentido, contribuições como as de Berenice Bento tornam-se fundamentais para refletir sobre os limites das identidades e as lutas coletivas, conforme destacado:

O debate, portanto, sobre a participação de pessoas transexuais implica uma discussão sobre os próprios princípios fundadores das identidades coletivas e de uma reflexão sobre o lugar da verdade última sobre "o que é ser" e quem tem direito a falar em nome da coletividade. Se as identidades não são fixas tampouco determinadas pela natureza [...] (Bento, 2008, p.74).

Diante do exposto, compreender a sociedade a partir da constatação de que, socialmente, ainda se organiza por meio do sexo enquanto estrutura central — na qual se performa a binariedade sexual e se estruturam os papéis de gênero — demonstra-se analiticamente relevante. Tal abordagem possibilita identificar como as violências se desdobram tanto sobre mulheres cis quanto sobre mulheres trans, além de contribuir para a compreensão da organização das masculinidades hegemônicas e de seus impactos sobre o movimento LGBTQIAPN+.

Ainda assim, essa análise exige cuidados e limites teóricos rigorosos, de modo a não recair em discursos transfóbicos nem desconsiderar as contribuições históricas e políticas do

movimento LGBTQIAPN+ para as lutas feministas, especialmente aquelas protagonizadas por mulheres cis lésbicas. Em um contexto marcado pelo avanço de discursos violentos e de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ — realidade evidente no cenário brasileiro e em outras partes do mundo —, torna-se ainda mais urgente que as reflexões sobre sexo, patriarcado e dominação masculina sejam conduzidas de forma crítica, responsável e comprometida com a justiça social.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **O Que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 180 p. (Coleção primeiros passos; 328).

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: Ano VI, N. 5 dezembro, 2012

SAFFIOTI, Heleieth Iara. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexos/Unigênero? **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: Ano III, N. 2 dezembro, 2009.

PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (org.). **Corpos Transitórios: narrativas transmasculinas**. 1. ed. Salvador, BA: Diálogos, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.